



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SANTO ANDRÉ**

**AUTÓGRAFO Nº 96, DE 2025**

A Câmara Municipal, na 65ª Sessão Ordinária, realizada no dia 4 de novembro, e em cumprimento ao disposto no artigo 8º da Lei Orgânica do Município de Santo André, aprovou o

**PROJETO DE LEI CM Nº 111/2025**

**AUTOR: VEREADOR CLÓVIS KAUE  
GIRARD CASTARDO – CLÓVIS GIRARD –  
PT.**

**COAUTORIA: VEREADOR VITOR  
LEONARDO SANTOS VARCÍLIO – MAJOR  
VITOR SANTOS – PL E VEREADOR  
RODOLFO SILVA DONETTI – RODOLFO  
DONETTI - CIDADANIA.**

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A  
INSTITUIR PROGRAMA DE INCENTIVO À  
CAPACITAÇÃO DOS GUARDAS CIVIS  
MUNICIPAIS PARA CONDUÇÃO DE  
MOTOCICLETAS E VEÍCULOS  
AUTOMOTORES E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

A Câmara Municipal de Santo André decreta:

**Art.1º** Fica o Poder Executivo autorizado a instituir, por meio de regulamento próprio, programa de incentivo à capacitação técnica e operacional dos servidores da Guarda Civil Municipal (GCM), visando à condução de veículos automotores no exercício da função.

**§1º** O programa poderá incluir, entre outras ações:

I - Mecanismos de incentivo à capacitação, podendo ser previstos, a critério do Poder Executivo, compensação, reembolso ou subsídio das despesas comprovadamente realizadas com adição ou mudança de categoria da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), desde que voltadas à habilitação para condução de motocicletas ou veículos automotores da frota oficial;

II – Capacitação Técnica e Operacional, podendo abranger:

- a) curso de pilotagem defensiva e condução tática para veículos de emergência;
- b) simulação de perseguições e abordagens seguras em vias urbanas;
- c) treinamento em primeiros socorros para acidentes de trânsito;



Autenticar documento em <https://camarasempapel.cmsandre.sp.gov.br/autenticidade> com o identificador 3100370038003800360030003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



## CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ

d) atualização periódica para os Guardas Cíveis Municipais que já possuem habilitação.

III - Equipamentos de Proteção e Segurança, podendo ser fornecidos, a critério do Executivo, capacetes, jaquetas, luvas e demais itens de proteção para motociclistas da Guarda Civil Municipal, bem como implementação de comunicação avançada (rádios e GPS) para patrulhas motorizadas;

IV - Modernização e Manutenção da Frota, podendo ser celebrados convênios com instituições para renovação e ampliação da frota de motocicletas e viaturas da Guarda Civil Municipal bem como realização de manutenção preventiva e corretiva periódica dos veículos;

V - Parcerias Institucionais, podendo ser firmados convênios ou parcerias com instituições credenciadas de ensino de condutores, para fins de capacitação específica dos Guardas Cíveis Municipais, bem como com órgãos de trânsito e segurança para integração das ações da Guarda Civil Municipal.

§2º A adesão ao programa, bem como os critérios de elegibilidade, controle e aplicação dos recursos, será objeto de regulamentação pelo Poder Executivo.

**Art.2º** O Poder Executivo poderá instituir, mediante disponibilidade orçamentária e respeitadas as disposições da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), incentivo funcional ou gratificação específica aos Guardas Cíveis Municipais que exerçam suas funções como condutores designados de motocicletas ou veículos automotores.

**Parágrafo único.** Considerando o maior grau de risco e exigência técnica envolvidos na condução de motocicletas em atividades operacionais, poderá ser prevista, a critério do Poder Executivo e por meio de regulamento, a concessão de gratificação diferenciada ou majorada aos Guardas Cíveis Municipais que atuem especificamente nesta modalidade.

**Art.3º** As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 4º** O Poder Executivo regulamentará esta lei, no que couber, mediante decreto, observadas as disposições da legislação orçamentária e financeira vigente.

**Art.5º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Santo André, 4 de novembro de 2025, 472º ano da fundação da cidade.

**CARLOS ROBERTO FERREIRA**  
Presidente

Proc. CM nº 2873/2025  
RLOS/IGS.



Autenticar documento em <https://camarasempapel.cmsandre.sp.gov.br/autenticidade>  
com o identificador 3100370038003800360030003A00540052004100, Documento assinado digitalmente  
conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.